

Déficit Habitacional Com Base Nos Dados do CadÚnico 2020



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Guilherme Resende Oliveira

IMB INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade da Secretaria-Geral da Governadoria, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Assessoramento Estratégico

Evelyn de Castro Cruvinel

Gerência de Dados e Estatísticas

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Gerência de Estudos Macroeconômicos

Anderson Mutter Teixeira

Gerência de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas

Alex Felipe Rodrigues Lima

SGG
Secretaria-Geral
da Governadoria



IMB - Instituto Mauro Borges
Avenida Vereador José Monteiro, nº 2.233, (em frente ao Bloco G)
Setor Nova Vila – Goiânia/GO - 74653-900
(62) 3269-2780 / 2777
www.imb.go.gov.br
imb@goias.gov.br

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. A MORADIA E O DIREITO À CIDADE | 4 |
| 3. METODOLOGIA | 9 |
| 4. RESULTADOS DO DÉFICIT HABITACIONAL EM GOIÁS | 12 |
| 5. PERFIL DAS PESSOAS EM DÉFICIT HABITACIONAL | 20 |
| 6. Referências | 22 |

As publicações do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF. Acesse: <https://www.imb.go.gov.br/>

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Déficit Habitacional com base nos dados do CadÚnico 2020

Murilo Rosa Macêdo¹
Amilton Zoccoli Junior²
Alex Felipe Rodrigues Lima³
Paulo Jackson Bezerra Vianna⁴

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a moradia é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, portanto, faz parte do Estado brasileiro garantir esse direito aos cidadãos, especialmente aos vulneráveis social e economicamente. Moradia é um direito humano fundamental que também consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948. Desse modo, o Governo de Goiás tem procurado atuar de maneira a garantir esse direito social, incluindo a segurança jurídica da moradia, com a publicação da Lei 20.954 de 30 de dezembro de 2020 que dispõe sobre a regularização fundiária em nosso Estado.

O presente boletim procura expor a questão do déficit habitacional como um problema social influenciado por diversos fatores visando o acesso a oportunidades e redução das desigualdades sociais, com foco na promoção do acesso a políticas públicas voltadas para pessoas e famílias com ótica na economia urbana, analisando como os fatores econômicos são determinantes na configuração da vida urbana.

Isto posto, o objetivo deste boletim é apresentar a situação do déficit habitacional em Goiás e seus municípios, a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e a metodologia⁵ proposta pelo Instituto Jones dos Santos Neves do Estado do Espírito Santo, com o intuito de apontar

¹ Pesquisador em Ciências Sociais do IMB / Mestre em Sociologia; E-mail: murilo.rmacedo@goias.gov.br

² Técnico Administrativo / Bacharel em Filosofia; E-mail: amilton.zoccoli@goias.gov.br

³ Gerente de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas / Pesquisador em Estatística do IMB / Mestre em Estatística; E-mail: alex.rlima@goias.gov.br

⁴ Pesquisador em Economia do IMB / Mestre em Economia; E-mail: paulo.vianna@goias.gov.br

⁵ Para maiores informações sobre a metodologia aplicada no presente trabalho verificar o estudo anterior elaborado pelo IMB disponível em <https://www.imb.go.gov.br/estudos/estudos-imb/d%C3%A9ficit-habitacional-em-goi%C3%A1s-uma-an%C3%A1lise-do-cad%C3%BAnico-nos-anos-de-2017-e-2018-novembro-2018.html>

o déficit habitacional em categorias entre 2017 e 2020, tendo como parâmetro as características domiciliares das famílias e das pessoas. Com a finalidade, também, de subsidiar os gestores públicos e estudiosos em avaliações que visem potencializar e fomentar uma política habitacional para populações de baixa renda, pesquisando por acesso a oportunidades visando a redução das desigualdades sociais quantitativamente e qualitativamente.

Para tanto, o presente estudo está dividido em 3 partes para além desta introdução. Na primeira parte é feita uma análise teórica sobre a questão da moradia e sua relação com o direito à cidade. Neste sentido, traça-se um breve histórico da evolução da cidade enquanto obra humana e consequências das relações sociais e das formações produtivas. Na segunda parte analisa-se os resultados encontrados sobre o déficit habitacional em Goiás com relação aos tipos de déficit⁶, a que parte da população goiana está submetida e, os dados do déficit para as famílias bem como para as pessoas. Por fim, são feitas breves considerações finais a respeito do tema em questão.

2. A MORADIA E O DIREITO À CIDADE

O mundo tem experimentado um processo de aceleração de urbanização sem precedentes na história humana. Até meados do século XX, a humanidade sempre viveu predominantemente no espaço rural. No entanto, neste início de século XXI, a maioria das pessoas já se encontram em espaços urbanos. A transição do predomínio do rural para o urbano ocorreu junto com grandes transformações da própria cidade.

A Cidade existe desde os primórdios da civilização. Lefebvre (2012) aponta diferentes tipos de cidade que implicavam diferentes funções, a depender do contexto social em que se encontrava. Por exemplo, havia a cidade oriental, ligada ao modo de produção asiático, a cidade arcaica, da antiguidade clássica europeia, ligada à escravatura antiga. Ainda segundo o autor, esses dois tipos de cidades tinham como função principal a política e, a cidade seria o centro de tomada de decisões de determinada sociedade.

⁶ São 5 os tipos de déficit habitacional analisados no presente estudo: a) habitação precária com domicílios improvisados; b) habitação precária com domicílios rústicos; c) coabitação familiar (cômodos); d) ônus excessivo com aluguel urbano; e) adensamento excessivo em domicílios alugados.

Após essas tipificações surge a cidade medieval. Esse novo tipo de cidade surge em situação contraditória, pois está inserida no modo de produção feudal. Porém, a cidade travava uma luta essencial contra o feudalismo, uma vez que esse se baseava muito no rural. A cidade medieval, além de política, tinha como funções essenciais o comércio, o artesanato e o sistema bancário. Apesar de, nesses contextos mais antigos, já haver cidades grandes e relevantes para além de seu território específico, é a partir da Revolução Industrial que as cidades irão se moldar e expandir sua influência e sua cultura urbana, não apenas de modo a diminuir o espaço físico, econômico e social do rural, mas também se expandir para outros centros urbanos por todo o mundo. Assim, as cidades cada vez mais se relacionam não apenas com o seu entorno, periférico e rural, como também com outras cidades em todo o globo, formando uma espécie de rede de cidades.

As cidades que já no começo concentravam não apenas meios econômicos, mas também decisórios, passam a ser centros de expansão de um modo de vida específico, acelerado, multifacetado e complexo. O universo de possibilidades da cidade atrai pessoas de todas as partes, seja de forma voluntária, seja pela expansão da indústria para o rural, que expulsa pessoas da terra, do campo e as compele para as cidades.

Neste contexto, o processo de urbanização nos países desenvolvidos é bastante distinto da urbanização naqueles em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento não tiveram a transição da indústria para os serviços, do moderno para o pós-moderno da mesma forma que nos desenvolvidos. Isso se reflete na forma e no conteúdo das cidades e como as estruturas urbanas estão dispostas no espaço assim como no convívio das pessoas no espaço urbano. Ou, como diria Lefebvre, influencia no direito à cidade.

O direito à cidade é dificultado por uma série de fatores e, nos dias de hoje, a supressão de direitos na vida urbana ganha contornos ainda mais complexos uma vez que não nos encontramos exatamente em uma sociedade industrial. Fatores como a aceleração social (ROSA, 2015), a compressão espaço-tempo e a imigração de pessoas em quantidades sem precedentes (não apenas do campo para a cidade ou entre diferentes cidades, mas entre países e culturas) provocam o encontro de estranhos em espaços urbanos periféricos, carentes de infraestruturas, recursos, e apoio tanto estatal quanto do próprio mercado, o que cria a era da marginalidade avançada (WACQUANT, 2005).

Após fazer a reconstrução histórica dos diferentes modelos de cidade, Lefebvre (2012) demonstra, em termos dialéticos, como o processo de industrialização e a crise social provocada por essa evolução do capitalismo mercantil para o industrial (FORTUNA, 2012) foram determinantes para os modos de vida e organização social predominantes hoje no mundo: o urbanismo.

A Cidade, como conceito, é um lugar em que há predomínio do valor de uso. É onde se concentram pessoas, conhecimentos, técnicas e obras. Para Lefebvre (2012), a própria Cidade é uma obra. Aqui ele dá como exemplo as cidades antigas e suas grandes obras construídas sob uma base de opressão, não de exploração. Neste sentido a cidade também é o lugar do encontro, do culto, da festa, em que o valor de uso do espaço predomina sobre o valor de troca.

Segundo o autor, a industrialização é o processo indutor à expansão e propagação do urbano por todo o espaço. A indústria tende a se implantar primeiramente fora das cidades, em regiões abundantes em energia e matéria prima, mas também em mão de obra. Com o surgimento da indústria a opressão dá lugar à exploração (mão de obra assalariada) e a construção de obras dá lugar à produção de mercadorias e de produtos (LEFEBVRE, 2012). É o triunfo do valor de troca sobre o valor de uso. E isso implicou em mudanças radicais na sociabilidade humana, entre elas a predominância do urbanismo.

Como afirmou Milton Santos (1988), é importante redefinir uma categoria essencial para as ciências humanas: o espaço. Lefebvre (2012) aplica o materialismo dialético de forma inovadora sobre a concepção de espaço. Para o francês, o espaço deve ser analisado pela relação dialética entre a base, a estrutura, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo industrial, e a superestrutura, o urbanismo (FORTUNA, 2012). É nessa relação dialética que o valor de troca irá suplantar do valor de uso tanto no espaço quanto nas relações sociais e nos modos de vida. Ao se contrapor com os aspectos fundantes e essenciais da cidade desde a antiguidade (o valor de uso), o autor mostra que não há apenas um conflito entre a cidade e o campo (que por ela é gradativamente conquistado), mas que há um conflito do urbano com ele próprio (FORTUNA, 2012).

Esse conflito do urbano com ele próprio se dá, dentre outras formas, com a conquista dos centros urbanos pelas classes dirigentes, principalmente as

industriais. Outra característica importante da cidade é que ela é um centro de decisões. Dessa forma, a cidade sempre foi habitada por classes dirigentes, mercadores e burocratas. Porém, os centros urbanos também eram ocupados pelas classes mais baixas como pequenos artesãos e camponeses que de forma pendular frequentavam às cidades para vender seus produtos, entre outros. Essa copresença de distintas classes nos centros urbanos provocava uma certa democracia urbana.

A Revolução Industrial levou aos centros urbanos não apenas a nova burguesia industrial como também transformou o espaço em um valor de troca. Essas alterações provocaram a expulsão das classes inferiores dos centros urbanos e da própria cidade, destruiu a "urbanidade" (LEFEBVRE, 2012). Este fenômeno fez com que se perdesse a noção e o sentido da obra da cidade. Reforçam nelas somente o valor de troca do espaço que passa a ter importância apenas na medida que estar na cidade é essencial para sua sobrevivência e não mais para dar sentido à sua existência.

No entanto, já não se vive em uma sociedade dominada pela indústria e sua burguesia. Nos dias atuais, há o predomínio do capital financeiro sem limitações de tempo nem de espaço que geram grandes consequências da realidade urbana. Isso causa, entre outros problemas, a construção de bairros afastados dos centros urbanos e carentes de infraestrutura ao mesmo tempo em que se verifica a grande quantidade de imóveis vagos nas áreas centrais. O valor de troca, em detrimento do valor de uso, reflete-se em um dos maiores problemas de déficit habitacional, o custo excessivo de aluguel.

Essas novas características da sociedade atual (aceleração social, intensificação dos fluxos de capitais, grande fluxo migratório, ilhas de pobreza no mundo desenvolvido) quando localizadas na cidade, resultarão no que Loic Wacquant (2005) chamou de "marginalidade avançada". A marginalidade avançada são novas formas de exclusão social que surgiram ou se intensificaram nas cidades.

Primeiramente há que se diferenciar os conceitos de *espaço* e *lugar*. Neste contexto, lugares são locais comunitários compostos de emoções e práticas compartilhadas em significados comuns e recíprocos entre os sujeitos que os habitam, que contribuem para sua identidade humana e que os façam se sentir seguros e em pertencimento.

Por outro lado, os espaços são vazios, indiferentes, marcados essencialmente pela ausência. Caracterizam-se pela competição e ameaça, tornando-se zonas as quais devemos temer, tornar seguras ou fugir (WACQUANT, 2006). Nesse sentido, os espaços exigem, dos indivíduos que neles habitam, a criação de estratégias de sobrevivência que intensificam a competição e estigmatizam não apenas o local, como os indivíduos que nele habitam.

Essa estigmatização degrada simbolicamente os indivíduos que “privados dos trunfos necessários para participar dos vários jogos sociais, apenas partilham sua comum excomunhão. A reunião num só local de uma população, homogênea na privação, tem também como efeito redobrar a privação” (BOURDIEU apud WACQUANT, 2006). Essa reunião se torna um fator ainda mais agravante quando composta por sujeitos de diferentes regiões que, saindo de uma situação precária anterior, migram e encontram mais uma vez esta situação de precariedade.

A marginalidade avançada se encontra bem localizada no espaço. Independente das características culturais, étnicas e de privação que possam especificar cada área de marginalidade avançada, elas sempre estão bem localizadas no espaço. Ao serem expulsos dos centros urbanos, as pessoas que ocupam esses lugares estigmatizados ficam mais ausentes da presença do Estado e, logo, sujeitas a diversos tipos de privações e opressões sociais. Dessa forma, o conflito social atual se deslocou do âmbito do Estado e do ambiente de trabalho para os espaços da marginalidade avançada das cidades e o conflito entre o local e o global (BORJA, 2013).

Agatti (2020) realiza uma pesquisa bibliográfica e documental de uma série de políticas habitacionais brasileiras e internacionais. Utilizando de um modelo estatístico, a autora avalia diversas políticas habitacionais implantadas em diferentes regiões brasileiras e outros países com vistas a entender quais funcionam ou não, bem como as razões de sucesso ou fracasso. A autora ressalta que políticas habitacionais de sucesso não se limitam à construção de casas ou apartamentos em que pessoas possam residir. Ao contrário, uma política habitacional de sucesso necessita levar em consideração a integração com outras políticas urbanas como serviços de infraestrutura básica tais quais energia elétrica, saneamento básico, vias de transporte etc.

O último grande programa de habitação a nível nacional no Brasil, o *Minha Casa Minha Vida*, embora tenha construído milhões de habitações no Brasil, teve o problema de estar pouco integrado a outras políticas urbanas. Muitas unidades habitacionais erguidas pelo programa se situavam longe dos grandes centros urbanos e com carência de infraestruturas básicas, pois foram priorizados, por parte das construtoras, o valor dos terrenos, que acarretou ao abandono de imóveis por parte de seus ocupantes.

O *Minha Casa Minha Vida* é apenas um exemplo de alguns erros encontrados pelas políticas habitacionais. O estudo ressalta a importância de duas questões importantes. Uma é, para além da construção de novas unidades habitacionais, a ocupação de áreas degradadas nos centros urbanos, uma vez que estes já possuem a infraestrutura necessária para a boa utilização da habitação.

Outra questão importante é o problema das cidades monocêntricas, uma vez que elas possuem uma relação antagônica entre o acesso aos locais de trabalho e emprego e a localização das moradias. As cidades monocêntricas são um modelo urbanístico presente na Escola de Chicago que teve seu auge no início do século XX e predominou até meados dos anos 1980. A partir de então, predomina-se o modelo policêntrico de cidade cujo maior exemplo é a Escola de Los Angeles. A cidade do século XXI possui vários centros que se relacionam entre si, mas que oferecem neles próprios todas as infraestruturas e serviços almejados pelos seus habitantes.

Em certa medida, todas as metrópoles atuais possuem mais de um centro. No entanto, há ainda regiões metropolitanas cujo centro principal é demasiado concentrador de riqueza e ofertas (de emprego, serviços, infraestrutura e oportunidades) tornando-se um dificultador das políticas habitacionais. Neste sentido, políticas habitacionais de sucesso necessitam se articular com outras políticas urbanas que estimulem a criação e o fortalecimento de novos centros dentro de uma mesma metrópole.

3. METODOLOGIA

O Indicador de Déficit Habitacional é baseado na metodologia proposta pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), na qual se utiliza a base de dados

do Cadastro Único (CadÚnico)⁷, com o objetivo de mensurar o déficit habitacional nos municípios goianos. Contudo, essa metodologia foi fundamentada nos conceitos e métodos utilizados no indicador da Fundação João Pinheiro (FJP) relacionado ao déficit habitacional. O Instituto Mauro Borges já aplicada a mesma metodologia para Goiás desde o ano de 2017.

Para ilustrar a metodologia de categorização dos domicílios/famílias, de acordo com os componentes de déficit habitacional, apresenta-se na Figura 1 o fluxograma com a representação esquemática do processo de classificação dos domicílios, de acordo com suas características, nos componentes de déficit habitacional.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia, o primeiro passo foi verificar a consistência dos cadastros. Dessa forma, foram excluídos da análise os registros que possuíam desconformidade entre o total de membros da família e a quantidade de formulários de pessoas preenchidos (IJSN, 2015).

Logo depois, é verificada a informação sobre a atualização do cadastro e considerou-se como cadastros atualizados aqueles que estavam entre o limite legal do controle, ou seja, até 4 (quatro) anos do tempo de atualização, como propõe a instrução operacional nº 86/SENARC/MDS⁸.

Finalmente, por meio do banco de dados com cadastros consistentes e atualizados, categoriza-se os domicílios, de acordo com as suas características, em algum dos componentes de déficit habitacional. Se determinado domicílio não tem características inseridas em algum desses componentes, então é um domicílio que não está em situação de déficit habitacional. Os componentes utilizados na análise são:

- a. Improvisado: Domicílios registrados como particular improvisado;

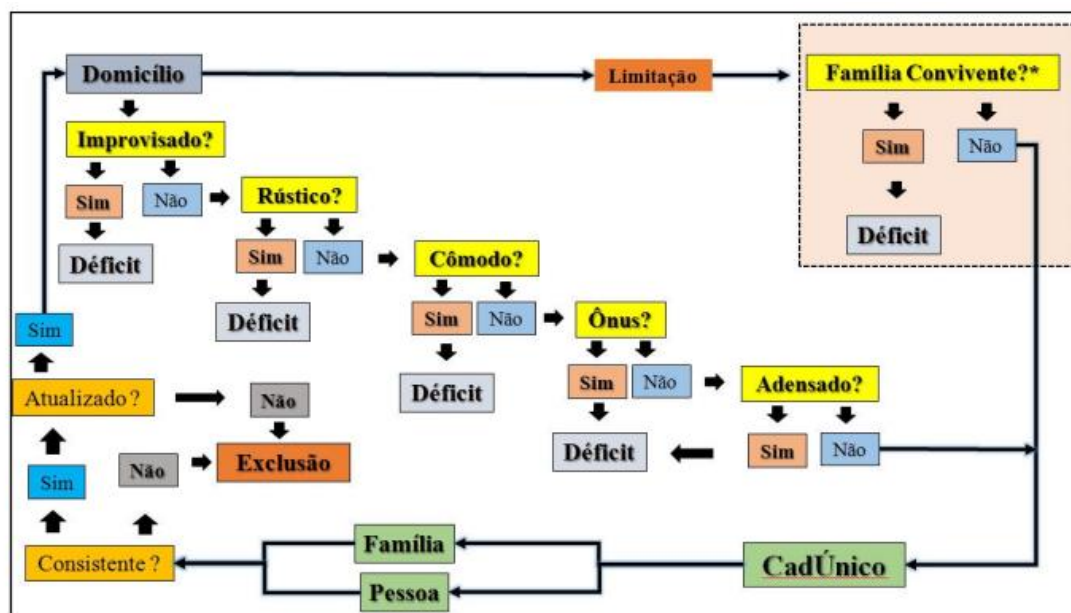
⁷ De acordo com IMB (2017) o CadÚnico reúne informações sobre famílias de baixa renda, com rendimento de até meio salário mínimo por pessoa ou que possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos. Entre os benefícios da utilização do CadÚnico, pensando em formulação e implementação de políticas públicas, está a focalização em um grupo específico da sociedade (famílias de baixa renda), a necessidade e exigência de manter o cadastro atualizado juntamente com a ocorrência das buscas ativas por famílias não inscritas no cadastro, além das parcerias mantidas entre os três entes federativos para a manutenção do cadastro. Como ferramenta útil para políticas públicas tem-se a possibilidade de identificar o seu grupo focal.

⁸ Esse procedimento foi realizado pela diferença entre a data da última atualização e a data de referência da base de dados que foi considerada.

- b. Rústico: Domicílios com material predominante na construção das paredes externas de taipa não revestida ou madeira aproveitada ou palha ou outro material;
- c. Coabitação familiar⁹ Cômulo: Domicílio formado por um cômodo;
- d. Ônus excessivo por aluguel: Domicílios com comprometimento da renda familiar com aluguel superior a 30%;
- e. Adensamento: Domicílios com número de moradores por cômodo utilizado como dormitório igual ou superior a 3.

Ressalta-se que, com a metodologia utilizada e esboçada neste fluxograma, não existe a possibilidade de dupla contagem de categorias de déficit habitacional para as famílias classificadas em situação de déficit habitacional. Para maiores detalhes consultar os estudos “Déficit Habitacional em Goiás: uma análise do CadÚnico” (IMB, 2018).

Figura 1: Fluxograma da metodologia sobre déficit habitacional aplicada ao CadÚnico



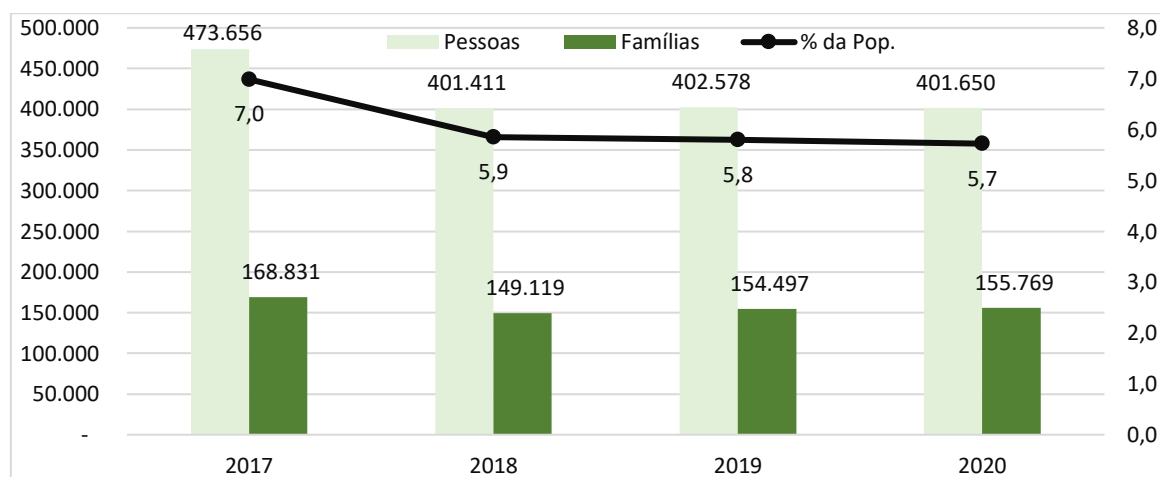
Fonte: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Fundação João Pinheiro, 2013. IJSN (2015) Elaboração e Adaptação: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

⁹ A estimação de uma parcela da coabitação familiar pelo subcomponente de famílias compartilhando um mesmo domicílio não foi possível pelo CadÚnico.

4. RESULTADOS DO DÉFICIT HABITACIONAL EM GOIÁS

O primeiro aspecto a ser analisado em relação ao déficit habitacional goiano é a quantidade de pessoas e famílias que se encontram nessa situação. De acordo com os dados do Cadastro Único, havia em Goiás, em 2020, 155.769 famílias e 401.650 pessoas em situação de déficit. Isso representava cerca de 5,7% da população goiana. Nota-se pelo gráfico 1 que houve uma queda significativa do percentual de pessoas em situação de déficit entre os anos de 2017 e 2018, quando o percentual saiu de 7,0% dos goianos para 5,9%. Entre os anos de 2018 e 2020 houve quedas pequenas e constantes de 0,1 p.p. das pessoas em situação de déficit habitacional.

Gráfico 1: Quantidade de domicílios e pessoas e percentual da população em situação de Déficit Habitacional, Goiás, 2020



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

A figura 2 abaixo, demonstra o comportamento do déficit habitacional em Goiás entre os anos de 2017 e 2020, de acordo com o tipo de déficit. Nota-se o grande destaque que há com relação ao tipo de déficit gerado pelo ônus excessivo com aluguel. Em todos os anos essa é a principal causa do déficit habitacional em Goiás. Em 2017, 5,1% da população goiana vivia em condição de déficit por ônus excessivo de aluguel enquanto que a segunda maior causa era a de imóveis improvisados com apenas 1,1% da população nesta condição. Em 2020, esses números eram, respectivamente de 4,5% e 0,8% o que demonstra uma pequena diminuição do ônus excessivo com aluguel. No entanto,

79% das famílias em situação de déficit ainda se encontravam nessa situação devido ao ônus do aluguel. Esses números representam um total de 119.783 famílias sofrendo com gastos excessivos de sua renda destinados ao pagamento de aluguéis em 2020.

Figura 2: Pessoas e famílias por tipo de déficit habitacional, Goiás, 2020.

Figura 1a: Percentual da população por tipo de Déficit Habitacional

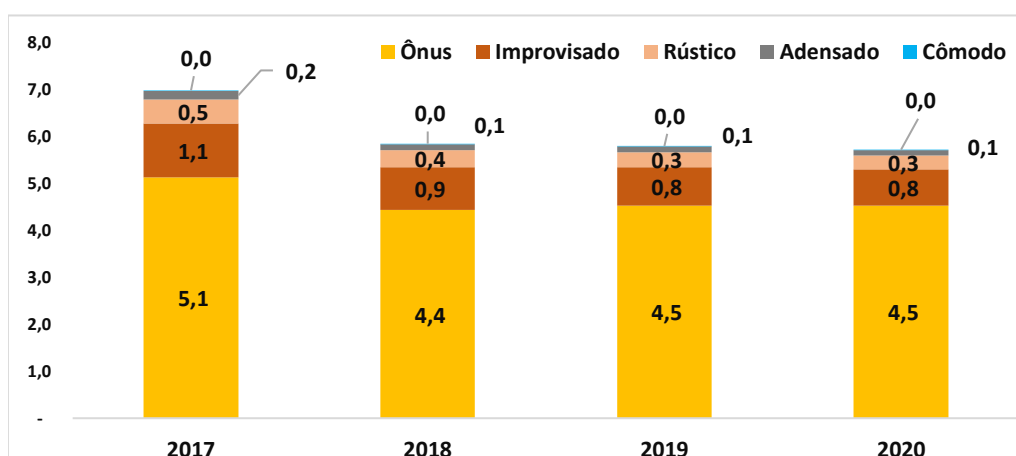


Figura 1b: Famílias por tipo de Déficit Habitacional

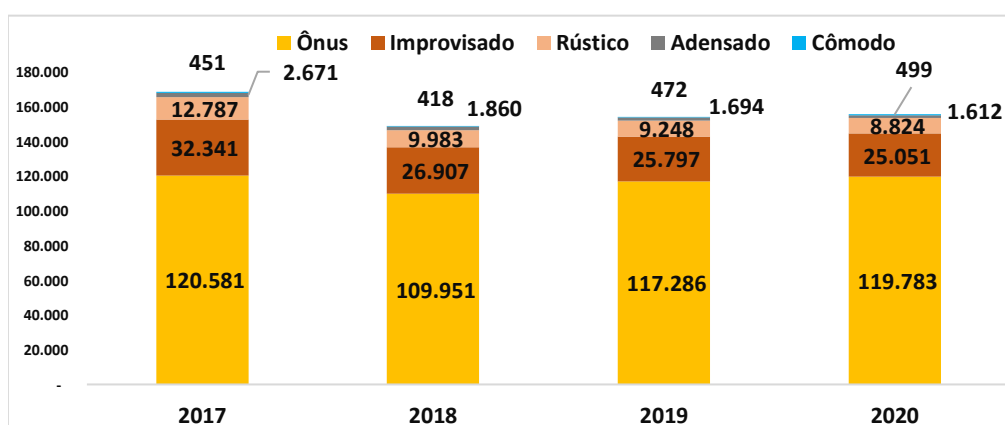
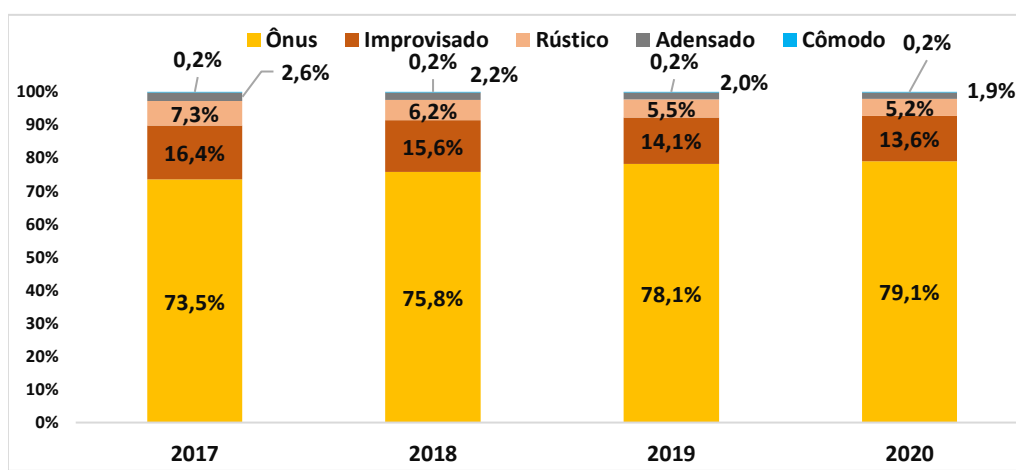


Figura 1c: Frequência Relativa de pessoas por tipo de Déficit



Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

A tabela 1 mostra o ranking dos municípios goianos em relação aos diferentes componentes de déficit em números absolutos e relativos à população do município, em 2020. Como era de se esperar, Goiânia é a cidade que mais

possui famílias em situação de déficit, com um total de 24.344 famílias. No entanto, a situação por componente do déficit altera esse ranking, mesmo em termos absolutos. A posição de destaque de Goiânia no déficit se deve exclusivamente ao grande vilão do déficit habitacional goiano, o ônus com aluguel. Do total de domicílios em déficit em Goiânia, 23.333 estão nessa condição devido ao ônus, de modo que esta é a única categoria de déficit liderada pela capital do estado.

Segunda maior cidade do estado, Aparecida de Goiânia se encontra na quarta posição das cidades com maior número de déficit, porém lidera em relação ao déficit por adensamento, com 211 domicílios nessa situação. Flores de Goiás não se encontra entre as 10 cidades com o maior número de déficit, mesmo em termos relativos, no entanto lidera na categoria “cômodo”, a menor categoria presente – no indicador agregado para Goiás.

Um destaque negativo é a cidade do entorno do Distrito Federal, Águas Lindas de Goiás, que embora seja apenas a sétima cidade mais populosa do estado, é a segunda com o maior número de famílias em situação de déficit. A principal causa dessa colocação é o déficit devido a domicílios com cômodos improvisados na qual a cidade lidera com 6.591 famílias nessa condição. Uma importante cidade do sudoeste goiano, Rio Verde se encontra na quinta posição no total de déficit habitacional do estado e se destaca na primeira posição da categoria Rústico com 1.392 famílias nessa condição.

Em relação aos números do déficit habitacional relativizado pelo tamanho da população das cidades, o destaque negativo é Campos Verdes. A cidade localizada no norte goiano possui 43% de sua população vivendo em situação de déficit habitacional, sendo que o componente responsável por esse alto número são os imóveis improvisados, categoria em que lidera em termos relativos.

Colinas do Sul é a cidade em que proporcionalmente há mais pessoas vivendo em situação de déficit devido ao adensamento. Flores de Goiás, que já liderava em termos absolutos, também lidera em termos relativos o déficit com relação ao cômodo. Alto Horizonte, com 12,91% das famílias em situação de déficit por ônus lidera nesse quesito e Cavalcante, cidade que abriga a comunidade quilombola dos Kalungas, com 7,14%, lidera com relação às famílias em déficit por imóveis rústicos. Vale ressaltar que todos os dez

municípios que possuem relativamente maior parte de sua população vivendo em condição de déficit se encontram nas mesorregiões do Leste Goiano, Norte Goiano e Noroeste Goiano, o que se torna mais uma evidência da grave desigualdade regional do estado.

Déficit Habitacional com base no CadÚnico - 2020

IMB - ANO XXI – maio de 2021

Tabela 1: Ranking dos municípios por tipo de déficit habitacional em Goiás, 2020.

| Ranking descendente | Famílias | | | | | | | | | | Total | |
|---------------------|--------------------------|-------------|---------------------|--------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------|--------------------|---------|-------------------------------|--------------|
| | Município | Adensamento | Município | Cômodo | Município | Improvizado | Município | Ônus | Município | Rústico | | |
| 1º | Ap. de Goiânia | 211 | Flores de Goiás | 49 | Ág. Lindas de Goiás | 6591 | Goiânia | 23333 | Rio Verde | 1392 | Goiânia | 24344 |
| 2º | Goiânia | 181 | Goiânia | 30 | Aragarças | 1765 | Anápolis | 8762 | Niquelândia | 325 | Ág. Lindas de Goiás | 9480 |
| 3º | Anápolis | 105 | Formosa | 25 | Edéia | 878 | Ap. de Goiânia | 6624 | Jataí | 309 | Anápolis | 9165 |
| 4º | Cristalina | 83 | Senador Canedo | 21 | Corumbá de Goiás | 758 | Rio Verde | 4986 | Cavalcante | 274 | Ap. de Goiânia | 7129 |
| 5º | Novo Gama | 70 | Trindade | 17 | Sto. Antônio de Goiás | 678 | Luziânia | 3700 | Monte Alegre | 224 | Rio Verde | 6752 |
| 6º | Luziânia | 64 | Planaltina | 15 | Goiânia | 672 | Senador Canedo | 3562 | Goiatuba | 214 | Luziânia | 3923 |
| 7º | Rio Verde | 56 | Padre Bernardo | 14 | Campos Verdes | 545 | Ág. Lindas de Goiás | 2805 | Formosa | 191 | Senador. Canedo | 3710 |
| 8º | Senador Canedo | 50 | Luziânia | 13 | Cachoeira Dourada | 470 | Trindade | 2659 | Quirinópolis | 183 | Trindade | 3044 |
| 9º | Planaltina | 47 | Jataí | 13 | Formosa | 468 | Catalão | 2314 | Flores de Goiás | 168 | Catalão | 2392 |
| 10º | Trindade | 43 | Goianira | 11 | Itaguaru | 402 | Cid. Ocidental | 1912 | Acreúna | 159 | Formosa | 2164 |
| % da população | | | | | | | | | | | | |
| 1º | Colinas do Sul | 0,82 | Flores de Goiás | 0,50 | Campos Verdes | 41,40 | Alto Horizonte | 12,91 | Cavalcante | 7,14 | Campos Verdes | 43,38 |
| 2º | Cristalina | 0,66 | Campestre de Goiás | 0,27 | Sto. Antônio de Goiás | 27,11 | Ouvidor | 10,87 | Nova Roma | 6,36 | Santo Antônio de Goiás | 30,37 |
| 3º | Gemeleira de Go | 0,66 | Guarani de Goiás | 0,22 | Santa Rosa de Goiás | 26,29 | Itaguari | 10,76 | Monte Al. de Goiás | 5,69 | Santa Rosa de Goiás | 26,96 |
| 4º | Sta. Bárbara de Goiás | 0,44 | Colinas do Sul | 0,17 | Itaguaru | 19,40 | Turvelândia | 10,11 | Amaralina | 5,67 | Campestre de Goiás | 19,79 |
| 5º | Damianópolis | 0,38 | Cromínia | 0,17 | Araçu | 17,92 | Brazabrantes | 9,87 | Moiporá | 4,98 | Itaguaru | 19,57 |
| 6º | Alto Horizonte | 0,36 | Abadia de Goiás | 0,16 | Aragarças | 15,46 | Nerópolis | 9,16 | Lagoa Santa | 4,16 | Araçu | 18,08 |
| 7º | Aragoiânia | 0,33 | Bom Jardim de Goiás | 0,16 | Corumbá de Goiás | 14,39 | Taquaral de Goiás | 8,90 | Novo Brasil | 3,98 | Corumbá de Goiás | 18,00 |
| 8º | Davinópolis | 0,33 | Alto Horizonte | 0,15 | Edéia | 14,32 | Senador Canedo | 8,79 | Teresina de Goiás | 3,89 | Turvelândia | 17,17 |
| 9º | Sta Rita do Novo Destino | 0,32 | São Franc. de Goiás | 0,14 | Campestre de Goiás | 14,31 | Abadia de Goiás | 8,78 | Colinas do Sul | 3,64 | Campo Limpo de Goiás | 16,55 |
| 10º | Caldazinha | 0,31 | Ág. Fria de Goiás | 0,14 | Cachoeira Dourada | 13,45 | Alto Paraíso de Goiás | 8,74 | Jaupaci | 3,01 | Aragarças | 16,14 |

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

A tabela 2 demonstra as maiores variações do déficit habitacional entre os anos de 2019 e 2020 nos municípios goianos. Com relação ao principal motivo do déficit habitacional goiano, o ônus excessivo com aluguel, destaca-se novamente Goiânia, com o aumento de 975 domicílios entre um ano e outro. No entanto, outros municípios também chamam a atenção. Águas Lindas e Luziânia, possuem a segunda e terceira maiores variações absolutas neste quesito. Isso demonstra a necessidade de uma preocupação com um possível aumento dos aluguéis na região do entorno do Distrito Federal. O aumento do custo com aluguel aliado a questões estruturais precárias como os imóveis improvisados podem caracterizar um cenário ainda pior para a região.

As variações relativas de alguns municípios apresentam valores extremamente altos, porém isso se deve à pequena base de comparação. São municípios pequenos, com baixo número de domicílios de modo que, por sua vez, a variação de 5 domicílios/famílias a mais em determinado quesito pode provocar uma variação de 100% ou até 200%. Mesmo assim, vale ressaltar que, para além da estatística, cada município que se encontra em situação de déficit habitacional significa uma família que não está tendo o seu direito à moradia, constitucionalmente previsto, plenamente garantido.

As variações absolutas com relação às categorias de rústico, adensamento e cômodo registraram pouco aumento entre um ano e outro. Com relação ao déficit em imóveis improvisados chama a atenção o aumento em Aparecida de Goiânia que, com aumento de 147 domicílios, foi a cidade em que mais aumentou, seguida por Santo Antônio de Goiás, em segundo lugar com 136 novos domicílios em situação de déficit devido a este quesito. Também neste ponto reforça-se a predominância da Região Metropolitana de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal como as regiões em que o déficit habitacional se mostra mais grave em Goiás.

Déficit Habitacional com base no CadÚnico - 2020

IMB - ANO XXI – maio de 2021

Tabela 2: Ranking das maiores diferenças absolutas e das maiores variações relativas da quantidade de famílias em comparação com o ano de 2019.

| Ranking desc. | Diferença Absoluta com ano anterior | | | | | | | | | | Município | Total |
|--|-------------------------------------|-------------|------------------------|--------|--------------------|-------------|-------------------------|------|--------------------|---------|---------------------------------|-------------|
| | Município | Adensamento | Município | Cômodo | Município | Improvizado | Município | Ônus | Município | Rústico | | |
| 1º | Ipameri | 4 | Flores de Goiás | 9 | Ap. de Goiânia | 147 | Goiânia | 975 | Cavalcante | 10 | Goiânia | 893 |
| 2º | Mineiros | 4 | Novo Gama | 3 | Sto. Ant. de Goiás | 136 | Ág. Lindas de Goiás | 291 | Teresina de Goiás | 9 | Luziânia | 227 |
| 3º | Itaberaí | 3 | Planaltina | 3 | Cachoeira Dourada | 68 | Luziânia | 233 | Ap. de Goiânia | 5 | Cid. Ocidental | 147 |
| 4º | Anápolis | 3 | Anicuns | 2 | Quirinópolis | 59 | Rio Verde | 179 | Acreúna | 4 | Rio Verde | 145 |
| 5º | Rio Verde | 3 | Jataí | 2 | Vianópolis | 58 | Cid. Ocidental | 143 | Itapaci | 4 | Santo Ant. de Goiás | 126 |
| 6º | Valparaíso de Goiás | 3 | Abadiânia | 2 | Campestre de Goiás | 51 | Formosa | 138 | Itumbiara | 4 | Formosa | 92 |
| 7º | Inhumas | 3 | São Francisco de Goiás | 2 | Turvelândia | 48 | Sto. Ant. do Descoberto | 102 | Cid. Ocidental | 4 | Alexânia | 90 |
| 8º | Alto Horizonte | 2 | Goianira | 2 | Edéia | 36 | Jataí | 83 | Baliza | 3 | Cachoeira Dourada | 57 |
| 9º | Colinas do Sul | 2 | Goiás | 2 | Caturai | 35 | Alexânia | 67 | Novo Gama | 3 | Campestre de Goiás | 49 |
| 10º | Jataí | 2 | | | Campos Verdes | 32 | Jaraguá | 60 | Damolândia | 3 | | |
| Variação Relativa (%) com ano anterior | | | | | | | | | | | | |
| 1º | Goiatuba | 100,0 | São Francisco de Goiás | 200,0 | Cavalcante | 600,0 | Campinaçu | 93,3 | Estrela do Norte | 100,0 | Diorama | 44,4 |
| 2º | Santo Ant. da Barra | 100,0 | Anicuns | 200,0 | Buriti Alegre | 250,0 | Aporé | 83,3 | Vila Propício | 100,0 | Castelândia | 42,5 |
| 3º | Inaciolândia | 100,0 | Mara Rosa | 100,0 | Ap. de Goiânia | 219,4 | Diorama | 66,7 | Itapaci | 57,1 | Estrela do Norte | 35,4 |
| 4º | Maurilândia | 100,0 | Cocalzinho de Goiás | 100,0 | Lagoa Santa | 200,0 | Castelândia | 51,5 | Itaguara | 50,0 | São Patrício | 34,4 |
| 5º | Nova Veneza | 100,0 | Novo Gama | 75,0 | Campos Belos | 181,8 | Trombas | 42,9 | Guaraíta | 33,3 | Amorinópolis | 34,3 |
| 6º | Alto Horizonte | 66,7 | Goiás | 66,7 | Estrela do Norte | 150,0 | Cavalcante | 41,9 | Baliza | 30,0 | Cristianópolis | 26,2 |
| 7º | Ipameri | 66,7 | | | Cezarina | 133,3 | São Patrício | 40,7 | Novo Gama | 25,0 | Lagoa Santa | 23,7 |
| 8º | Colinas do Sul | 66,7 | | | Nerópolis | 100,0 | Cristianópolis | 33,3 | Aruanã | 25,0 | Serranópolis | 23,4 |
| 9º | Campo Limpo de Goiás | 50,0 | | | Água Limpa | 100,0 | Mozarlândia | 27,9 | Cachoeira de Goiás | 25,0 | Cromínia | 22,5 |
| 10º | Buriti Alegre | 50,0 | | | Pirenópolis | 75,0 | Água Fria de Goiás | 26,4 | Damolândia | 25,0 | Sta Rita do Novo Destino | 21,7 |

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

5. PERFIL DAS PESSOAS EM DÉFICIT HABITACIONAL

A tabela 3 traça um perfil socioeconômico das pessoas em situação de déficit habitacional em Goiás. A predominância de alguns aspectos, especialmente a raça/cor e o grau de escolaridade reforçam o problema da marginalidade avançada na sociedade goiana. Fica evidente que há uma desproporção das pessoas possuidoras de determinadas características que se encontram em déficit habitacional e sua representatividade na sociedade goiana. A estigmatização de determinados grupos sociais, em especial da cor negra, sempre se evidencia nos quesitos socioeconômicos na sociedade brasileira e goiana. A situação de déficit habitacional dessa população permite a localização dessas pessoas no espaço e reforça a condição de marginalidade.

Do total de pessoas que vivem em situação de déficit habitacional, 71,7% se declaram pardas e 4,86% se declaram pretas, ou seja, cerca de 76% dos goianos com carências de moradia são negros, enquanto apenas cerca de 60% dos goianos se declaram negros. Por outro lado, enquanto o total de goianos que se declaram brancos são cerca de 39%, os brancos em situação de déficit são apenas 22,44%.

Com relação ao sexo, nota-se a prevalência das mulheres nesta condição. 58,49% das pessoas em situação de déficit são mulheres enquanto que os homens são apenas 41,51%. Outro dado preocupante é a grande quantidade de crianças vivendo em condições que não são as ideais. O tipo de ônus que mais atinge as mulheres é o ônus excessivo com o aluguel, informação que não surpreende devido ao fato que as mulheres possuem rendimentos menores que o dos homens.

Ao se analisar a estrutura etária dos goianos em déficit, verifica-se que mais de 36% dos goianos nestas condições têm entre 0 e 14 anos. Esse é um dado preocupante uma vez que condições precárias de moradia dificultam o pleno desenvolvimento infantil que pode ter consequências futuras tanto para essas crianças, durante suas vidas adultas, quanto ao desenvolvimento do estado como um todo. Dentre os tipos de déficit que mais atingem as crianças em Goiás se destaca o adensamento, 47,42% de todas as pessoas que vivem em domicílios demasiadamente adensados têm entre 0 e 14 anos.

A baixa escolaridade é outra característica que se destaca entre a população em condições precárias de moradia. 41,77% de todos os goianos nessa condição não possuem o ensino fundamental completo. Esse é um dado expectável uma vez que a baixa escolaridade dificulta sobremaneira a inserção no mercado de trabalho e, por consequência, o acesso a recursos que viabilizam uma moradia digna. Outro dado importante é o fato mencionado anteriormente do destaque das crianças entre a população vivendo nestas condições.

Tabela 3: Frequência relativas das características socioeconômicas das pessoas em Déficit Habitacional, Goiás, 2020.

| Característica | Categoria | Adensado | Cômodo | Improvizado | Ônus | Rústico | Total |
|-----------------|---------------------|----------|--------|-------------|--------|---------|--------|
| Raça/Cor | Parda | 78,21% | 72,89% | 71,30% | 71,88% | 67,60% | 71,70% |
| | Branca | 16,19% | 14,98% | 22,35% | 22,63% | 22,41% | 22,44% |
| | Preta | 4,86% | 10,11% | 5,12% | 4,51% | 9,16% | 4,86% |
| | Amarela | 0,56% | 1,19% | 1,01% | 0,85% | 0,59% | 0,85% |
| | Indígena | 0,17% | 0,71% | 0,17% | 0,10% | 0,19% | 0,12% |
| | Não informado | 0,01% | 0,12% | 0,04% | 0,03% | 0,05% | 0,03% |
| Sexo | Homem | 47,05% | 55,53% | 45,22% | 40,37% | 46,49% | 41,51% |
| | Mulher | 52,95% | 44,47% | 54,78% | 59,63% | 53,51% | 58,49% |
| Faixa Etária | 00 a 6 anos | 18,17% | 10,82% | 13,14% | 16,67% | 9,28% | 15,82% |
| | 7 a 14 anos | 29,25% | 14,63% | 16,83% | 21,15% | 16,96% | 20,48% |
| | 15 a 18 anos | 10,56% | 3,69% | 7,20% | 8,54% | 8,34% | 8,37% |
| | 19 a 24 anos | 8,65% | 6,78% | 9,50% | 10,37% | 8,66% | 10,13% |
| | 25 a 29 anos | 6,50% | 6,42% | 7,02% | 8,97% | 5,30% | 8,46% |
| | 30 a 39 anos | 15,99% | 12,49% | 13,76% | 15,63% | 12,48% | 15,21% |
| | 40 a 49 anos | 7,58% | 12,84% | 11,00% | 8,79% | 11,57% | 9,22% |
| | 50 a 59 anos | 1,93% | 13,67% | 9,11% | 4,63% | 11,49% | 5,56% |
| 60 anos ou mais | 1,37% | 18,67% | 12,44% | 5,26% | 15,91% | 6,74% | |
| Escolaridade | Fund. completo | 6,34% | 11,30% | 8,66% | 7,95% | 10,23% | 8,14% |
| | Fund. incompleto | 49,92% | 46,02% | 42,21% | 41,04% | 48,62% | 41,77% |
| | Médio completo | 9,06% | 8,68% | 13,46% | 14,80% | 8,80% | 14,18% |
| | Médio incompleto | 10,18% | 6,90% | 10,19% | 11,21% | 9,41% | 10,95% |
| | Superior completo | 0,05% | 0,00% | 0,09% | 0,08% | 0,06% | 0,08% |
| | Superior incompleto | 0,27% | 0,36% | 0,43% | 1,51% | 0,42% | 1,28% |
| | Não informado | 24,18% | 26,75% | 24,96% | 23,41% | 22,45% | 23,60% |

Fonte: Ministério da Cidadania / CadÚnico.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Secretaria Geral da Governadoria.

6. Referências

AGATTI, F. A. S. **Redução do déficit habitacional da população urbana de baixa renda, acesso a oportunidades e redução das desigualdades sociais:** uma proposta de política habitacional segundo a avaliação ex ante de política pública. 2020. 36 f. Programa de Mestrado em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, 2020.

BORJA, Jordi. **Revolución urbana y derechos ciudadanos.** Madrid: Alianza Editorial, 2013. p. 23-62.

DEAR, Michael. **The Los Angeles School of Urbanism:** an intelectual history, in urban geography. 2003. p. 24, 6, 493-509.

FORTUNA, Carlos. **O Direito à Cidade de H. Lefebvre.** Apresentação em Lisboa, Estúdio e Letra Livre, 2012.

FRUGOLI, Heitor. **Sociabilidade Urbana,** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

HAROCHE, Claudine. (2014), **A vida mental nas grandes cidades contemporâneas diante da aceleração e do ilimitado** in Robert Pechman (org.) A Pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ e Observatório das Metrôpoles, p. 143-161.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Lisboa: Estúdio e Letra Livre, 2012.

MENDES, José Manuel. **A dignidade das pertenças e os limites do neoliberalismo:** catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas. Sociologias. *PDF file.* vol.18, n.43, 2016. p. 58-86. ISSN 1517-4522. Disponível em: [≤http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004303>](http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004303). Acesso em:

PARKER, Simon. **Urban Theory and the urban Experience.** London: Routhledge, 2004.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration: a new theory of modernity.** New York, Columbia University Press, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço habitado:** fundamentos

teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**.

Paris: La Découverte, 2006. Trad. Regina Guimarães. Disponível em:

[≤http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf).